

acadêmicos, durante o período recomendado de isolamento ou até o exame com resultado negativo. Os recursos financeiros necessários foram custeados pelo projeto. Observações ou modificações de práticas a partir dessa experiência: Considera-se uma prática inédita no município, conseqüente do momento de excepcionalidade. Os instrumentos foram de elaboração própria do grupo, assim como, toda sistematização da atividade. Como limitações, a não existência de produções científicas sobre a temática envolvendo o contexto pandêmico. Considera-se uma oportunidade positiva de aprendizados aos acadêmicos envolvidos. Considerações/eventuais aplicações da experiência na instituição: O telemonitoramento possibilita a manutenção do acompanhando dos usuários na APS, minimizando os anseios gerados pela pandemia da COVID-19. Para mais, promove a identificação precoce de sinais de agravamento, facilitando o encaminhamento oportuno dos usuários aos serviços de referência.

3042

“COMUNICAST - COMUNICAR COM A COMUNIDADE”: USO DE PODCAST COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID19 COM USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE.

GEFERSON PELEGRINI; ALICE VENTURINI DIAS; NARA MONTE ARRUDA; CAMILA GIUGLIANI; JOSÉ DE CANAÃ CONY VIEIRA; CLAUNARA SCHILLING MENDONÇA; JOVINA DA SILVA DORNELLES
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: o distanciamento social se configura como estratégia fundamental recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a todos os países membros durante a pandemia de Coronavirus Disease 2019 (COVID19). Essa medida trouxe a necessidade de reconfiguração de processos de trabalho às equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), ao se fundamentarem em um modelo territorial de cuidado em saúde. Objetivo: relatar o desenvolvimento de um podcast denominado “ComuniCast: Comunicar Com a Comunidade” pela Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília, Serviço de Atenção Primária à Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), como estratégia de estreitar contato com a população adscrita de seu território durante a pandemia. Metodologias empregadas: os episódios de gravação de áudio, com duração de 6 a 8 minutos, são publicados semanalmente em plataforma de streaming no site SoundCloud. A equipe que produz os programas conta com residentes em Medicina de Família e Comunidade (MFC), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e acadêmicos de Medicina, com a supervisão de médicas professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Outros membros da equipe da UBS, assim como usuários, podem fazer parte da programação, sugerindo temas, auxiliando na elaboração de roteiros e participando das gravações. A preparação de cada episódio envolve: primeiramente, a escrita de um roteiro, seguida da gravação de áudio com aparelho celular e da edição do mesmo por programa de computador específico. Observações: até o momento, os programas abordaram a importância do distanciamento social, o uso correto de máscaras, a higiene de mãos, os números contabilizados de atendimentos e casos positivos no território da UBS, entre outros. O primeiro programa foi intitulado "Por que devemos ficar em casa?" e até o momento contava com 267 execuções na plataforma de áudio. Um cronograma semanal já foi estabelecido, com responsáveis diferentes a cada semana, possibilitando um processo participativo na preparação e execução dos episódios e trazendo olhares diversos sobre temas variados. Considerações: o podcast “Comunicast” é um exemplo das possibilidades criativas às quais as equipes de APS têm se lançado, usando tecnologias audiovisuais para estabelecer formas inovadoras de comunicação com seus usuários, na perspectiva da educação e da promoção da saúde.

BIOÉTICA

2178

O USO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO LEGAL PARA OS MÉDICOS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

MARIANA GONÇALVES ROSSI; CAROLINA FERNANDES DE CASTRO; HELENA DIAS BORNHORST ; LEONARDO SOARES TRENTIN; FERNANDA NARDINO; LUÍSA DA ROSA OLESIAK; ALBERTO MANUEL QUINTANA
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Introdução: Ao ser hospitalizado, o paciente se encontra vulnerável física e mentalmente, uma vez que se afasta da sua rede habitual de convívio, e passa a necessitar de cuidados providos de profissionais que não conhecem sua história, anseios e expectativas. Devido a essa vulnerabilidade, o paciente pode ser coagido a tomar decisões quanto a procedimentos terapêuticos e diagnósticos que em outras condições não tomaria. Dessa forma, criou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento confirmatório que serve para consolidar o consentimento do paciente, e deve conter todos os dados relevantes ao tratamento, como prognóstico e riscos envolvidos. Contudo, o número de processos jurídicos contra médicos cresceu consideravelmente nos últimos anos e, tornou o TCLE um instrumento de proteção legal da equipe médica. Com isso, desviou-se o propósito inicial da ferramenta, de proteger a autodeterminação dos pacientes. Objetivos: Desse modo, o presente estudo, que ainda está em desenvolvimento, objetiva analisar o significado do TCLE para os médicos na assistência à saúde. Método: Para tanto, foi realizada uma investigação clínico-qualitativa em um hospital público no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria recebendo o número de CAAE 10767519.0.0000.5345. O instrumento de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com os médicos do referido hospital. Os dados alcançados estão sendo analisados através da técnica de análise de conteúdo. Resultados: Os resultados parciais apontaram que os médicos concebem o TCLE como instrumento jurídico, que pode servir de prova em um eventual processo judicial, razão pela qual fazem o uso do termo, na maioria das vezes. O fator da proteção jurídica foi mencionado por todos os profissionais entrevistados, e alguns citaram casos marcantes